



GESTOS DE RESISTÊNCIA DE UM SUJEITO ARTISTA DO/NO SERTÃO PERNAMBUCANO

Laeiglea Bezerra de Souza¹

Trago um recorte da tese “Suxtenta, dona Marias: cultura, arte e resistência pajeuzeira de Jéssica Caitano”, que tem como objetivo geral “Compreender os gestos de resistência que caracterizam o discurso artístico de Jéssica Caitano e seus movimentos de apropriação-ruptura do imaginário sobre o sertão como espaço geo-político-cultural”. Jéssica Caitano é poeta, educadora, coquista, produtora cultural e artista de Triunfo – PE e o que constitui o corpus são sequências discursivas de composições da artista num recorte temporal de 2011 a 2020, além de recortes uma entrevista semiestruturada realizada em setembro de 2022.

Aqui trato do subcapítulo intitulado “A resistência e os atravessamentos de questões de gênero, raça e classe” que faz parte do capítulo “Não sabe a luta que é, quando diz que é mulher, mas seu corpo não tá nos enquadre”: composições de 2018/2019 a 2021” no qual busco compreender os gestos de resistência no discurso artístico de Jéssica Caitano e de que modo contribuem com a formação identitária de sua produção artística.

Como organização da pesquisa, cada capítulo é intitulado a partir de uma sequência discursiva de referência (Courtine, 2009) que sinaliza os movimentos que são realizados pelo sujeito artista em espaços, situações e circunstâncias de cada recorte temporal.

Quanto ao recorte, enquanto unidade discursiva, consideramos a teoria de Orlandi (1984) e quanto à entrevista semiestruturada, Triviños (1987). A discussão parte da ideia de discurso fundador (Orlandi, 2001) sobre o sertão e os sertanejos, analisando as sequências discursivas a partir da noção de equívoco (Pêcheux, 2006) o embate discursivo entre o visível e o dizível (Castro, 1984; Albuquerque Jr., 2011) sobre o espaço de enunciação e os sujeitos.

Discuto a relação entre sujeito, sentido, ideologia e discurso, com Orlandi (2017), os conceitos de decolonialidade e questões de gênero, raça e classe com Lugones (2014), Ochy Curiel (2019), Akotirene (2018), além da noção de resistência com Pêcheux (1995). O conceito de resistência pode ser encontrado nas discussões de tomada de posição, forma-sujeito, contradição e falha no ritual:

As resistências: não entender ou entender errado; não “escutar” as ordens; não repetir as litanias ou repeti-las de modo errôneo, falar quando se exige silêncio; falar sua língua como uma língua estrangeira que se domina mal; mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar os enunciados ao pé da letra; deslocar as regras na sintaxe e desestruturar o léxico jogando com as palavras...

E assim começar a se despedir do sentido que reproduz o discurso de dominação, de modo que o irrealizado advenha formando sentido do interior de sem-sentido (Pêcheux, 1990, p. 17).

¹ Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de Pernambuco.



Pêcheux coloca, mais uma vez, em jogo as posições ideológicas que determinam as posições-sujeito, nos lembra que os rituais discursivos têm, sim, falhas e são dessas falhas que se advém o equívoco, a não univocidade da língua, conseqüentemente, os movimentos de resistência.

Ferreira (1994), na sua Tese de Doutorado, orientada por Orlandi, ao fazer uma discussão sobre a ambigüidade e o equívoco, corrobora Pêcheux:

Para a AD, a falha, a fissura, o deslizamento não são índices negativos, são lugar de resistência, lugar do impossível (nem tão impossível) e do não-sentido (que faz sentido). Como forma de acesso aos fatos que corporificam esses fenômenos, considero pertinente a escolha do equívoco (e da ambigüidade, como seu caso limite). Por intermédio desses fatos linguísticos estruturais implicados pela ordem do simbólico, teremos uma condição privilegiada de investigar um funcionamento particularmente desvelador e revelador dos sentidos de certos enunciados (Ferreira, 1994, p. 10-11).

Esse caminho teórico considera o assujeitamento como modo de resistência do sujeito que, através da identificação com a forma-sujeito dentro de sua formação discursiva, não possibilita a inserção de outros discursos que venham deslocar ou romper com essa FD.

Orlandi (2017), a partir da relação sujeito, sentido, ideologia e discurso, discute a questão da resistência pelo viés da sociedade capitalista. Uma vez que o sujeito seja individuado, se identifica com alguma formação discursiva, ou seja, assume a sua posição-sujeito na sociedade:

[...] o sujeito pode irromper com seus outros sentidos e com eles ecoar na história. Condição para que os sujeitos e os sentidos possam ser outros, “fazendo sentido do interior do não-sentido”. [...] Somos sujeitos interpelados pela ideologia e é só pelo trabalho e pela necessidade histórica da resistência que a ruptura se dá quando a língua se abre em falha, na falha da ideologia, enquanto o Estado falha, estruturalmente, em sua articulação do simbólico com o político. Não é, pois pela magia, nem pela vontade, mas pela práxis que a resistência toma seu lugar (Orlandi, 2017, p. 231, grifo da autora).

Ela considera que a resistência está associada a essa forma-sujeito e a individuação pelo estado, e também pela identificação desse mesmo sujeito com a formação discursiva, pois é pela prática que a resistência toma seu lugar.

Como discutido, aqui, o sujeito artista de que tratamos ora se identifica com a FD do espaço geopolítico-cultural sertão, ora se desloca dele, realizando movimentos de resistência, ao apontar posições ideológicas outras de oposição aos sistemas de poder ou dominação. Isso nem sempre está na superfície do *corpus* que analisamos, pois muitas compreensões se dão a partir das fissuras deixadas no seu discurso.

Para pensar esse sujeito, não como uno, mas como uma representação de uma maioria minorizada², devemos nos ater às condições de produção e as interseccionalidades de gênero, raça e classe que atravessam esse sujeito e sua produção. França e Chaves (2022) ao discutir sobre a relação

² Por Richard Santos (2020).



entre o silêncio e a colonialidade, que são raízes na formação da nossa “brasilidade”, ou seja, das características específicas de quem é brasileiro, no tocante às cantorias, às danças, as brincadeiras, dizem:

Na encruzilhada do silêncio e da colonialidade, não há desvio possível para se pensar o Brasil e suas brasilidades sem que se leve em conta suas condições de produção enquanto país colonizado, em cujas terras se construíram formulações que não deixam de não-inscrever a dimensão racializada e gendrada de seus povos, e uma ideia de nação que se formulou a partir e em torno de corpos e culturas silenciadas e atravessadas por memórias de exploração e violências (França; Chaves, 2022, p. 157).

É a partir dessa ideia de exploração de determinados corpos, de silenciamento e de apagamento da história da minoria minorizada que discutimos sobre os conceitos de colonialidade e decolonialidade para entendermos como isso se reverbera (nos ditos e nos não-ditos) na produção do sujeito artista, seja nos seus processos de identificação, seja nos seus gestos de resistência. Existe, neste trabalho, uma tentativa de descolonizar, na medida do possível, as teorias interseccionais, como propõe Akotirene (2018, p. 15, grifo da autora):

É oportuno descolonizar perspectivas hegemônicas sobre a teoria da interseccionalidade e adotar o Atlântico como *locus* de opressões cruzadas, pois acredito que esse território de águas traduz, fundamentalmente, a história e a migração forçada de africanas e africanos. As águas, além disto, cicatrizam feridas coloniais causadas pela Europa, manifestas nas etnias traficadas como mercadorias, nas culturas afogadas, nos binarismos identitários, contrapostos humanos e não humanos. No mar Atlântico temos o saber duma memória salgada de escravismo, energias ancestrais protestam lágrimas sob o oceano.

É de suma importância pensar nessa travessia que atravessou os corpos e as histórias dos povos colonizados e promoveu o genocídio, o etnocídio com consequências que nunca serão reparadas como deveriam. Com a tese “A Europa é indefensável”, Césaire (1978, p. 13, grifos do autor) discute essa relação entre colonizador e colonizado:

Entre colonizador e colonizado, só há lugar para o trabalho forçado, a intimidação, a pressão, a polícia, o imposto, o roubo, a violação, as culturas obrigatórias, o desprezo, a desconfiança, a arrogância, a suficiência, a grosseria, as elites descerebradas, as massas aviltadas.

Nenhum contacto humano, mas relações de dominação e de submissão que transformam o homem colonizador em criado, ajudante, comitê, chicote e o homem indígena em instrumento de produção. É a minha vez de enunciar uma equação: *colonização = coisificação*.

Para Césaire, os povos colonizados foram colocados na condição de “coisa” e não mais de seres humanos, com seus direitos e a única salvação seria através da revolução desses povos que ele trata como o proletariado. Martins (1997, p. 24, grifos da autora) corrobora Césaire:

Os africanos transplantados à força para as Américas, através da Diáspora negra, tiveram seu corpo e seu *corpus* desterritorializados. Arrancados de seu *domus* familiar, esse corpo, individual e coletivo, viu-se ocupado pelos emblemas e códigos do europeu, que dele se apossou como senhor, nele grafando seus códigos linguísticos, filosóficos, religiosos, culturais, sua visão de mundo. Assujeitados pelo perverso e violento sistema escravocrata, tornados estrangeiros, coisificados, os africanos que sobreviveram às desumanas condições da travessia marítima transcontinental foram destituídos de sua humanidade,



desvestidos de seus sistemas simbólicos, menosprezados pelos ocidentais e reinventados por um olhar alheio, o do europeu.

Essa missão chamada “civilizatória” dos povos colonizados (Lugones, 2014) que explorou os corpos, os seus territórios (a exemplo os povos indígenas), aniquilou a sua língua, a sua identidade e coisificou suas existências, se reverbera até hoje, principalmente quando se fala de negros, mulheres, indígenas, deficientes, pobres, LGBTQIAPN+.

Lugones, assim como Akotirene, propõe um feminismo decolonial que possa resistir ao sistema de apagamento das histórias dos povos colonizados. E quando ela fala em decolonizar, trata-se também da investigação da produção do conhecimento feita pelas próprias intelectuais das comunidades comprometidas com as lutas. É inverter a lógica da subalternidade.

Corroborando Aktirene, é sobre o subalterno falar sobre si, sobre sua história, sobre sua comunidade em detrimento ao etnocídio perpetuado por gerações, principalmente quando se refere à população indígena e negra. Por isso que a maioria das escritoras que trago e discuto, neste subcapítulo, são negras e/ou latinas.

Lugones nos traz o termo “colonialidade de gênero” para “compreender a opressão como uma interação complexa de sistemas econômicos, racializantes e engendradas, na qual cada pessoa no encontro colonial pode ser vista como um ser vivo, histórico, plenamente caracterizado” (Lugones, 2014, p. 941), ou seja, a desigualdade que existe entre homens e mulheres é muito mais que uma questão de gênero, faz parte de uma estrutura que oprime.

Spivak (2010) sinaliza esse sistema de dominação do masculino sobre o feminino refletindo sobre o silenciamento do sujeito subalterno. Se o corpo ou corpa³ for ligado ao feminino, o abismo e o silêncio são ainda maiores. Podemos enxergar Jéssica Caitano se impondo com seus atravessamentos de gênero, raça e classe numa sociedade machista e fazendo um enfrentamento ao conservadorismo.

Essas são conquistas de lutas travadas principalmente dentro do feminismo negro, e, sim, intelectualidades produzidas pela subalternidade, algo discutido por Ochy Curiel (2019), uma das mais importantes teóricas do feminismo latino e caribenho. Ela distingue o “feminismo pós-colonial” do “feminismo decolonial”, ao perceber que as colonizações não se deram da mesma forma. No “feminismo pós-colonial”, há uma crítica sobre a forma como o conhecimento era/é produzido, geralmente por intelectuais “brancxs e do Norte, sobre mulheres do Terceiro Mundo, assumindo-as sem agência, apenas como vítimas, o que cria uma relação de poder de conhecimento desde lugares de privilégio de sexo, raça, sexualidade e geopolítica” (Curiel, 2019, p. 36).

³ Fruto de lutas feministas e quebra com padrões masculinizados, algumas pessoas optam por utilizar o termo “corpa” pra se referir ao corpo feminino.



No feminismo decolonial, tenta-se inverter essa ordem, passando a “ouvir” os saberes que são produzidos pelas mulheres que sempre se encontraram em situações de vulnerabilidade, de subalternidade. Segundo Ochy Curiel (2019, p. 45):

Uma posição decolonial feminista implica entender que tanto a raça quanto o gênero, a classe, a heterossexualidade, etc. foram constitutivos da episteme moderna colonial, não são simples eixos de diferenças, mas são diferenciações produzidas pelas opressões imbricadas que o sistema colonial moderno produziu.

Costurando essas ideias, é possível compreender que o feminismo decolonial tenta resistir a estruturas que passam pelo racismo, desigualdade econômica, desigualdade de gênero que não operam sozinhas, mas que se fundem e fortalecem as opressões. Na condição que ocupo como mulher, cis-hétero, não-branca, sertaneja e de origem humilde, adotar uma postura feminista decolonial é problematizar essas opressões, mobilizar pessoas e contribuir para que os saberes produzidos por mulheres como Jéssica Caitano circule na academia e chegue aos mais diversos públicos.

A sociedade, a exemplo da brasileira, não só se estrutura através do racismo, como se preocupa em manter isso. Há um conjunto de práticas atravessadas por uma ideologia que vê a população negra como subalterna, como coisa e se articula, inclusive, através de canetadas na política, para manter esse equilíbrio desequilibrado, onde a balança dos não sempre pesa mais para o subalterno e pesa mais em melhores condições de vida para a elite, na sua maioria, “brancos”.

Essas interseccionalidades de raça, classe e gênero que atravessam os corpos das mulheres negras e/ou das mulheres sertanejas são caras na Análise do Discurso materialista. Estamos tratando de um fazer específico, próprio e suas condições de produção, elementos importantes para se construir os sentidos pelo que é dito e pelo que não é dito pelo sujeito. Importante também entender como um corpo dissidente e sua arte realizam um enfrentamento discursivo e político, mesmo que de forma não direta, mas que pelo equívoco na língua, podemos complementar.

Estamos tratando da obra de um sujeito artista que ora se identifica com uma tradição poética do sertão, e que quanto à tradição imagética não a vê como negativa, mas como importante nos seus elementos que são também parte da identidade do lugar e dos sertanejos. De um sujeito artista que, através de seu corpo e de sua arte, resiste avançando, fazendo denúncias sociais e questionando as estruturas de poder.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do nordeste e outras artes**: São Paulo: Cortez, 2011.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da fome** - o dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.
- CÉSAIRE, Aimé. **Discurso sobre o colonialismo**. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1978.



COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2009.

CURIEL, Ochy. Construindo metodologias feministas desde o feminismo decolonial. *In*: MELO, Paula Balduino *et al.* (org.). **Descolonizar o feminismo**: VII Sernegra. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2019.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **A resistência da língua nos limites da sintaxe e do discurso**: da ambiguidade ao equívoco. Tese (Doutorado em Ciências da Linguagem) – Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 1994.

FRANÇA, Glória; CHAVES, Tyara Veriato. Brasilidade, encantaria e resistência: o silêncio e essa “coisa de outra ordem”. **Revista Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Campinas, v. 25, n. esp., p. 153-165, 2022.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo decolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, set./dez. 2014.

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória**: O reinado do Rosário no Jatobá. São Paulo: Perspectiva; Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997.

ORLANDI, Eni. Puccinelli. **Segmentar ou recortar?** Linguística: questões e controvérsias. Curso de Letras do Centro de Ciências Humanas e Letras das Faculdades Integradas de Uberaba, 1984. (Série Estudos 10).

ORLANDI, Eni. Puccinelli. **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. Campinas, SP: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni. Puccinelli. **Discurso em análise**: sujeito, sentido e ideologia. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

PÊCHEUX, Michel. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, n. 19, p. 7-24, jul./dez. 1990.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1995.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP: Pontes Editores, 2006.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.